

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Fundamentos Éticos nas Prioridades da Saúde [Ethical Foundations in Health Priorities]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Santos, Paula
Publisher	Conselho Nacional de tica para as Ci ncias da Vida
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-06 02:34:45
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/226769

Fundamentos Éticos nas Prioridades da Saúde

Paula Santos
Deputada do PCP

A Prioridade na Saúde é o reforço do Serviço Nacional de Saúde Não é possível abordar as políticas e as prioridades na saúde sem as enquadrar no actual contexto político, económico e social do país, para que se compreenda como chegámos aqui, mas sobretudo para decidir qual o caminho a seguir na garantia do direito à saúde. Há anos que os sucessivos Governos desinvestem no Serviço Nacional de Saúde, com evidência na desorçamentação dos serviços públicos de saúde, no ataque aos direitos dos profissionais de saúde, no aumento da transferência de custos com a saúde para os utentes e na progressiva entrega de sectores da saúde para grandes grupos económicos privados, tornando-os num negócio lucrativo.

A actual situação do país não justifica o brutal ataque ao direito à saúde conquistado pelo povo na Revolução de Abril e consagrado na nossa Constituição. O SNS é resultado directo dos avanços progressistas decorrentes do 25 de Abril. Com

a criação do SNS foi possível assegurar ao povo português o acesso aos cuidados de saúde, estruturar a rede de cuidados primários de proximidade, criar uma rede de hospitais público e apostar na formação e reforço dos profissionais de saúde no serviço público.

Do nosso ponto de vista não é ético, nem politicamente admissível, que a pretexto da crise e do pacto de agressão da troika, se coloque em causa o direito à saúde. Nos últimos meses o Governo implementou uma política de cortes cegos na saúde, nomeadamente, a redução do transporte de doentes não urgentes, que impossibilita milhares de utentes de aceder a consultas e tratamentos; a redução de 10% das horas extraordinárias sem o reforço dos meios humanos, que conduziu à redução e encerramento de serviços e até mesmo ao encerramento de extensões de saúde, com maior incidência no interior; a redução de 11% nos orçamentos dos hospitais, piorando a já difícil situação de pagamentos em atraso, de falta de material clínico e até restringindo a dispensa de medicamentos biológicos e órfãos em alguns hospitais; ou a proibição da contratação de trabalhadores, salvo os autorizados pelo Ministro da Saúde, aprofundando a carência de profissionais de saúde, de médicos, enfermeiros e outros, quando por exemplo mais de 1,7 milhões de portugueses não têm médico de família. Para 2012, com o corte de 753 milhões de euros no orçamento do SNS para 2012, os problemas não serão resolvidos, mas sim agravar-se-ão. Contrariamente ao que tem sido sistematicamente difundido pelo Governo, não é possível fazer o mesmo com menos. Só nos últimos dois anos o corte no orçamento do Ministério da Saúde é de quase 20%.

Qual o sentido ético desta política de cortes? A actual situação de dificuldades pode justificar estas medidas? É ético que se restrinja o acesso aos cuidados de saúde que os portugueses têm direito? No nosso entendimento, as orientações e as medidas do Governo reflectem exclusivamente a sua opção política e a submissão à troika. Muito menos aceitamos que se retire direitos aos portugueses, em nome da redução da dívida pública. É inadmissível que sejam impostos injustos sacrifícios aos mesmos de sempre, aos trabalhadores e ao povo, pondo-os a pagar uma factura que não tiveram nenhuma responsabilidade. São o roubo dos salários e pensões, o corte nas

prestações sociais, o aumento do IVA, o aumento brutal das taxas moderadoras e a redução das comparticipações dos medicamentos. Hoje, milhares de portugueses, principalmente, idosos de baixas reformas, compram só alguns dos medicamentos que necessitam. Este rumo terá reflexos negativos a médio e longo prazo nos indicadores de saúde, em especial na diminuição da esperança média de vida.

Aliás a “poupança” que querem fazer a curto prazo, terá consequências na degradação do estado de saúde e no bem-estar dos portugueses e a prazo significará custos acrescidos para o Estado.

Este caminho imposto pelo pacto de agressão subscrito por PS, PSD e CDS não é uma inevitabilidade, como pretendem fazer crer. O PCP apresentou propostas concretas para um outro caminho, tendo como orientação os princípios Constitucionais. De entre as várias propostas, é essencial a concretização de uma justa política fiscal, para ir buscar o dinheiro onde ele está, ou seja, contribuir mais quem mais tem, para aliviar a carga fiscal aos que menos têm. Porque não se aumenta a receita do Estado através da tributação das SGPS, os rendimentos de capitais, os lucros de grandes empresas e grupos económicos, as transferências para offshore, a especulação bolsistas ou os bens de luxo. Para estas medidas o Governo não esteve disponível.

Não é válido o argumento que não é possível assegurar tudo a todos ou a falsa ideia da liberdade de opção. Neste raciocínio, discriminaríamos os portugueses em função dos seus rendimentos e existiria uma saúde para os que pudessem pagar, acedendo a todos os cuidados e uma saúde para os mais pobres somente com um pacote mínimo de cuidados. Assim como, a tão propalada liberdade de escolha existiria apenas para os que pudessem pagar. Não são estes os princípios da Constituição. Não é utópico, embora alguns pretendam fazer crer o contrário, a existência de um SNS público, para todos os portugueses. Só assim se garante a universalidade e a qualidade dos cuidados prestados. A sustentabilidade e a defesa do SNS, não estão nos cortes dos serviços públicos ou na limitação do acesso dos utentes à saúde, mas sim no reforço do seu financiamento através das receitas do Orçamento de Es-

tado. É preciso investimento público para satisfazer as necessidades das pessoas e não adaptar a capacidade de resposta às necessidades dos interesses privados instalados e às disponibilidades financeiras que definiram.

Para o PCP as prioridades na saúde passam pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa, pelo direito à saúde a todos os portugueses, universal, geral, de qualidade, independentemente das condições socioeconómicas. Defendemos o reforço do SNS, através do financiamento adequado dos centros de saúde e dos hospitais e da contratação dos profissionais de saúde em falta; o reforço dos cuidados de saúde primários, no alargamento de estabelecimentos de saúde de proximidade e assegurando o médico de família e o enfermeiro de família a todos os utentes; que todos os portugueses tenham acesso aos cuidados de saúde que precisam, desde a consultas, tratamentos, cirurgias e medicamentos e a promoção da saúde e prevenção da doença, assegurando melhor saúde aos portugueses e a longo prazo terá menos custos para o Estado. Defendemos ainda o verdadeiro combate ao desperdício (para nós os desperdícios não são os transportes de doentes não urgentes ou os medicamentos, como parecem ser para o Governo), e a implementação de medidas como a prescrição por princípio activo, a contratação de profissionais directamente pelos estabelecimentos públicos de saúde, em detrimento da contratação de empresas de trabalho temporário com custos muito superiores ou a realização de um concurso público para a dispensa de medicamentos em ambulatório, quando sejam mais baratos que a respectiva comparticipação.

A saúde não pode ser entendida como um custo ou uma despesa, tem de ser vista como um investimento, um investimento nas pessoas e recusamos uma visão exclusivamente economista nesta matéria, quando a questão central são as pessoas. •